

**Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar, pelo prazo certo de 120 dias, escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na Revista "Veja", edição 2022, n.º 33, de 22 de agosto de 2007.**

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº                      DE 2008  
(do Sr. Vanderlei Macris )**

Solicita seja convocado o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre possíveis escutas clandestinas de que teria sido vítima.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para seja convocado o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre possíveis escutas clandestinas de que teria sido vítima.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em depoimento a esta Comissão, o Sr. Eduardo Gomide, Diretor-Executivo da Kroll no Brasil, afirmou que a empresa não "monitora a vida de pessoas".

A Kroll foi contratada pela Brasil Telecom, então controlada por Daniel Dantas, com o suposto fim de subsidiar o banqueiro com informações a serem utilizadas em sua disputa pelo controle da empresa. Há quatro anos a Kroll Associates tenta se desvencilhar da acusação de, na execução do serviço para Daniel Dantas, ter grampeado membros do Governo Federal.

No mesmo dia desse depoimento, foi deflagrada, pela Polícia Federal, a operação intitulada "Satiagraha", a qual tem conexão com outra ação da PF, a "Operação Chacal", de 2004. Tal investigação tinha como objetivo, exatamente, a apuração da denúncia de que o banqueiro contratara a multinacional de espionagem Kroll, para monitorar os passos de autoridades do governo Lula.

Por outro lado, o Delegado de Polícia Federal responsável pela “Operação Satiagraha”, Dr. Protógenes Queiroz, confirmou em seu segundo depoimento a esta Comissão, ocorrido no último dia 8 de abril, a existência de 250 caixas de documentos sobre essa espionagem empresarial e de autoridades realizada pela Kroll.

Tais documentos, afirmou ainda, estão sendo analisados pela Justiça norte-americana e encontram-se, também, ainda sob guarda da própria Brasil Telecom, responsável pela contratação da Kroll.

O Delegado destacou que desses papéis constaria uma divisão de áreas de interesse de diferentes partes de um “acordo guarda-chuva”, destinado ao mapeamento e exploração de riquezas no Brasil.

Esse acordo teria sido elaborado em 1992 pelo atual Ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger – flagrado pelas escutas da Kroll – e abrangeria interesses como a exploração da transposição do Rio São Francisco; a privatização da Vale do Rio Doce; a venda de cerca de 49% das ações da Petrobras; e a exploração do subsolo nacional.

O delegado considerou importante verificar as consequências desse acordo em projetos que tramitam no Congresso: "Dessa forma, será possível perceber a rede de influências do Dantas e a tentativa dele de cooptar autoridades, inclusive no Parlamento."

Nesse quadro, é necessária a oitiva do Ministro Roberto Mangabeira Unger, possível vítima de escutas telefônicas clandestinas, que pode trazer informações sobre a atuação dessas empresas de investigação, bem como sobre sua participação nesse loteamento das riquezas brasileiras entre diferentes grupos empresariais nacionais e estrangeiros.

Sala da Comissão, de abril de 2009

Deputado VANDERLEI MACRIS